"HOJE É O DIA DO REENCONTRO DO BRASIL CONSIGO MESMO": A (RE)CONSTRUÇÃO RITUAL DO VÍNCULO REPRESENTATIVO NA POSSE DE LULA[1]

LETÍCIA MARIA COSTA DA NÓBREGA CESARINO
Mestre – PPGAS/UnB
Doutoranda – University of California, Berkeley

Introdução

Brasília, 1º de janeiro de 2003. Esplanada dos Ministérios, posse do novo presidente eleito, Luís Inácio Lula da Silva. No gramado em frente ao Congresso Nacional, vinha acontecendo, desde meio-dia, uma enorme festa: em números, 150 mil pessoas (segundo a Polícia Militar; a organização do evento calculou em 200 mil); quatro palcos, onde se revezariam dezenas de grupos musicais e artistas populares, tendo o maior deles 18 metros de diâmetro; sete telões, em pontos estratégicos, exibiam os principais momentos do evento; 6 mil policiais militares, além de outros 2 mil homens entre bombeiros, guardas de trânsito e policiais civis, faziam a segurança do evento; custo total da festa: R$ 1,5 milhão, pagos pelo partido do novo governo. Apesar da distribuição pelos organizadores do evento de cerca de 200 mil lenços, viseiras, adesivos e abanadores verde-e-amarelos (nos quais se lia: "Posse de Lula Presidente: eu participei desta mudança"), o tom da festa era o vermelho e branco – em roupas, faixas e bandeiras que cobriam a Esplanada.

Dentro da Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional, parlamentares, antigos e futuros ministros, autoridades do judiciário, da Igreja Católica, representantes internacionais e convidados acumulavam-se pouco a pouco no plenário, aguardando a chegada do presidente eleito. Os partidários

1. Agradeço à professora Mariza Peirano pela leitura, sempre cuidadosa, e pelos comentários, sempre importantes.

do novo governo mantinham a tonalidade vermelha nos vestidos e nas gravatas, muitos deles segurando bandeiras. Nas galerias, amontoavam-se jornalistas, familiares e convidados, disputando um bom lugar para ver de perto algumas figuras notáveis que aos poucos vinham entrando, em especial o presidente cubano Fidel Castro.

Certamente uma posse presidencial jamais vista no Brasil, diante da qual era impossível, para qualquer um, permanecer impassível. Minha presença neste evento pautou-se originalmente por intenções que pouco diferiam das do restante das pessoas que lá se encontravam: participar de um momento cívico e festivo para o qual havia concorrido, dando ao presidente eleito meu voto. Mas recuperar analiticamente tais momentos implica colocar em perspectiva o próprio lugar dos atores presentes naquele ritual de investidura; mais precisamente, em repensar a natureza do *vínculo* entre eles.

Para tanto, optei por apreender as palavras proferidas por Lula naquele dia enquanto "fala ritual". Escolhi referir "fala ritual", pois esta análise privilegiará o rito em sua dimensão pragmática: a "fala" aqui tem o sentido da *parole* saussureana,[2] e ela é ritual nos termos de Tambiah (1985a). No decorrer desta empreitada analítica, as implicações desta perspectiva serão melhor esclarecidas. Além disso, certa de que a antropologia, como tal, tende sempre a alçar planos mais gerais, buscarei paralelamente apreender alguns elementos característicos do discurso político em sua especificidade enquanto regime de enunciação,[3] no qual emissor e receptor mantêm uma relação bem especial: a da *representação política*.[4]

Esta análise centrar-se-á, assim, nos dois discursos proferidos pelo novo presidente no dia de sua posse: o primeiro lido no plenário da Câmara dos Deputados, e o segundo improvisado no parlatório do Palácio do Planalto. Antes, porém, peço ao leitor que me acompanhe em uma breve reconstrução da atmosfera geral do evento no qual os referidos discursos se inseriram, privilegiando seu seqüenciamento formal (previsto) e algumas particularidades de sua performance. O evento como um todo é essencial para a compreensão analítica dos discursos, uma vez que se trata de mensagens transmitidas de representante para representados no momento

2. Saussure (1971).

3. O conceito, de Latour (2002), será desenvolvido adiante.

4. Que o uso do termo "representação" não deixe ambigüidade: ele se refere à representação política *tout court*, e não ao jargão antropológico das "representações coletivas".

mesmo da efetivação, e confirmação, do vínculo representativo, tanto em termos institucionais-legais, como – e isto é o que me interessa aqui – simbólicos e performativos.

O evento

Desde as primeiras horas do primeiro dia de 2003, a Esplanada dos Ministérios foi sendo cercada por centenas de ônibus, vindos de todas as partes do país, que despejavam ali milhares de pessoas que pouco a pouco iam ocupando seu gigantesco gramado central. No palco principal, Gilberto Gil, a ser empossado algumas horas depois Ministro da Cultura, inicia seu show, a ser seguido pelos de diversos outros artistas de projeção nacional. Por volta das 14 horas, Lula e a futura primeira-dama, Marisa Letícia, deixam a Granja do Torto em direção à Catedral de Brasília, onde se encontram com o vice José de Alencar e sua esposa. Os shows são então interrompidos e os telões passam a acompanhar cada passo do novo presidente. Os quatro percorrem a avenida lateral da Esplanada até o Congresso Nacional no Rolls-Royce oficial[5] escoltado por 110 Dragões da Independência, que mal conseguiam conter o assédio do povo e da imprensa.

Já dentro da Câmara dos Deputados, ao se dirigir através do corredor central do plenário rumo à Mesa, Lula foi cercado pelos parlamentares e pelas autoridades lá presentes, que disputavam um aceno, um abraço, uma palavra do presidente eleito. Vários minutos se passaram até que ele conseguisse chegar à Mesa, e mais alguns até que se sentasse para que a sessão pudesse ser iniciada. O presidente do Congresso, Ramez Tebet, dá então início à sessão solene; o novo presidente e seu vice prestam o juramento à Constituição e assinam o termo de posse. É executado o Hino Nacional e Lula, agora empossado, profere seu primeiro discurso como Presidente da República.[6]

5. O automóvel, ano 1952, já havia transportado, em visitas oficiais, personagens ilustres, como a Rainha Elisabeth, Yuri Gagarin e Charles de Gaulle.

6. O Presidente do Congresso, que falou em seguida, no fechamento da sessão, afirmou ser um homem "de sorte" por ter emprestado ao novo presidente a caneta com a qual ele assinara o termo de posse, o que fazia dela, assim, um objeto "histórico".

Na saída do Congresso, ocorre a salva de 21 tiros e o novo presidente passa em revista as tropas do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, seguindo então para o Palácio do Planalto através da garagem do Senado. Para lá se dirige também grande parte do público, que passa a ocupar toda a Praça dos Três Poderes. Lula sobe a rampa acompanhado de seu vice e dos presidentes da Câmara e do Senado e segue para a entrada do Palácio, onde o esperam o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, portanto a faixa presidencial, e seu vice, Marco Maciel. No parlatório, ocorre a passagem da faixa[7] e, após cumprimentar antigos e futuros ministros e outras lideranças, o novo presidente acompanha seu antecessor até o elevador privativo do Palácio, onde se despedem.[8] Após empossar seus ministros e posar para a foto oficial, Lula caminha até o parlatório e discursa para o povo ao lado da primeira-dama. Finalmente, na última seqüência prevista do evento, Lula e Marisa voltam ao Rolls-Royce para desfilar em ziguezague por entre o público que os aguardava no gramado da Esplanada, ansioso por vê-los de perto e tirar fotografias.

Fica evidente que o evento de posse de Lula como um todo pode ser caracterizado como um "ritual" - inclusive porque é assim definido nos termos nativos, que qualificam toda a cerimônia de posse presidencial como tal.[9] Em termos da acepção durkheimiana clássica (Durkheim, 2003), pode-se dizer que este é um evento do plano do "sagrado" - especialmente se tomarmos o desenvolvimento posterior de Tambiah (1985a), segundo o qual "tudo aquilo diante do que se adota uma atitude 'tradicionalizante' e de 'não-questionamento' pode ser visto como sagrado" (:130).

O evento específico que acabamos de descrever, por sua vez, ficou famoso, na mídia e na opinião pública, pelas repetidas "quebras de protocolo" (algumas das quais foram aqui indicadas, em especial nas notas de rodapé) – o que expressa de modo candente a "dualidade do ritual" enquanto fenômeno

7. A passagem da faixa foi marcada pelo incidente no qual Fernando Henrique, ao tirá-la, deixou cair seus óculos e Lula, antes de recebê-la, abaixou-se para pegá-los.

8. A explicação mais corrente na época para o fato do ex-presidente ter optado por não descer a rampa do Planalto foi o receio de eventuais vaias do público.

9. "Embora não se possa, nem lingüística nem ostensivamente, demarcar um domínio circunscrito para o ritual, [...] toda a sociedade nomeia e destaca encenações, performances e festividades que podem ser identificadas como exemplos típicos ou focais de eventos 'rituais'" (Tambiah 1985a:126; tradução livre).

a um tempo *prescrito* e *contextual*.[10] É este aspecto que desejo explorar aqui, através dos dois discursos do presidente: como a mera formalidade do rito por si só não teria sido capaz de produzir os efeitos esperados por seus protagonistas, sua eficácia[11] estando ligada ao seu aspecto comunicativo[12] e contextual.[13] Como já apontei, um elemento central deste tipo de "fala ritual" é a relação especial que vincula emissor e receptor: a da representação política. Esta pode ser pensada como situada no plano da convenção; no entanto, cada performance que a envolve – neste caso, a transmissão de uma mensagem de representante para representados no momento mesmo de sua investidura – tem componentes pragmáticos bem particulares, que serão privilegiados aqui.

Os discursos

O primeiro discurso, proferido da Mesa da Câmara dos Deputados, foi preparado com antecedência e, ao ser lido, durou cerca de 44 minutos, tendo sido interrompido diversas vezes por aplausos dos presentes – embora na maioria delas as palmas não houvessem sido suficientes para interrompê-lo. Poucos minutos depois das 16 horas, Lula finalizava a 40ª página do pronunciamento com sua única fala improvisada: "Viva o povo brasileiro!".

A palavra que abre o discurso propriamente dito, após as saudações iniciais, será um de seus símbolos dominantes,[14] a ser enfatizado em especial no primeiro quarto do pronunciamento, mas também pontualmente ao longo de todo o restante de sua seqüência:

---

10. Os rituais, "por prescritos que sejam, sempre se ligam a reivindicações de *status* e interesses dos participantes, estando, portanto, sempre abertos a significados contextuais. Componentes variáveis tornam flexível o núcleo básico da maioria dos rituais" (Tambiah, 1985a:125).
11. Mauss (2001).
12. Apesar de privilegiar, para fins analíticos, as palavras enunciadas pelo novo presidente, é certo que a qualidade comunicativa do rito não se reduz às palavras proferidas, mas a cada ato, objeto e símbolo nele envolvidos (Leach, 2000; Tambiah, 1985a).
13. No sentido de Malinowski (1972).
14. No sentido de Turner (1967).

> Mudança. Esta é a palavra-chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança finalmente venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos.

A *mudança* é qualificada como uma ruptura com o modelo anterior, fracassado em todos os domínios: "diante do impasse econômico, social e moral do país, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança". Esta, para ser concretizada, deveria ser gradual, exigindo as virtudes da "paciência" e da "perseverança" a serem exercidas por todos:

> Se queremos transformar [o Brasil], a fim de vivermos em uma nação em que todos possam andar de cabeça erguida, temos de exercer cotidianamente duas virtudes: a paciência e a perseverança.

É aí que entra o outro símbolo dominante – a *união nacional* – ao qual se ligarão diversos símbolos secundários ao longo do restante do discurso. O primeiro a ser colocado é o combate à fome:

> Eu desejo, antes de qualquer coisa, convocar o meu povo justamente para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome [...].
> Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha.

O combate à fome é colocado como uma questão histórica nunca atacada de frente, assim como uma "causa nacional" que "pode e deve ser de todos, sem distinção de classe, partido, ideologia" e à qual seria submetida grande parte das políticas do novo governo, em especial a reforma agrária e a geração de empregos:

> Vamos garantir o acesso a terra para quem quer trabalhar, não apenas por uma questão de justiça social, mas para que os campos do Brasil produzam mais e tragam mais alimentos para a mesa de todos nós. [...] Disse e repito: criar empregos será a minha obsessão.

Em seguida, é introduzido outro símbolo secundário importante, que articula a mudança e a união nacional: o "pacto social".

> Para repor o Brasil no caminho do crescimento [...] carecemos de um autêntico pacto social pela mudança e de uma aliança que entrelace objetivamente o trabalho e o capital produtivo, geradores da riqueza fundamental da nação.

O pacto proposto é colocado pelo novo presidente como um modo de canalizar forças já presentes e disponíveis na sociedade e no corpo político, forças estas que teriam se traduzido em sua vitória eleitoral:

> Estamos em um momento [...] raro na vida de um povo. Um momento em que o Presidente da República tem consigo, ao seu lado, a vontade nacional. [...] Trata-se de uma poderosa energia solidária que a nossa campanha despertou e que não vamos desperdiçar.

Em seguida, ao caracterizar brevemente como seria a gestão em seu governo, Lula enfatizou não só o combate à corrupção e ao personalismo, mas também a transparência e a eficiência na aplicação dos recursos públicos visando a fins sociais:

> Trabalharemos em equipe, sem personalismo, pelo bem do Brasil e vamos adotar um novo estilo de Governo com absoluta transparência e permanente estímulo à participação popular. [...]
> Ser honesto é mais do que apenas não roubar e não deixar roubar. É também aplicar com eficiência, sem desperdícios, os recursos.

O momento seguinte, que encerrou a primeira metade do discurso, é de exortação à união de todos os níveis de poder em torno de um modelo de desenvolvimento que atenda aos interesses nacionais, bem como de valorização da unidade nacional não obstante a diversidade interna do país:

> Em meu Governo, o Brasil vai estar no centro de todas as atenções. O Brasil precisa fazer, em todos os domínios, um mergulho para dentro de si mesmo [...]. [O Brasil] construiu, ao longo dos séculos, uma nação plural, diversificada, contraditória até, mas que se entende de uma ponta a outra do território [...]. Esta é uma nação que fala a mesma língua, partilha os mesmos valores fundamentais, sente que é brasileira.

A segunda metade do discurso é em grande medida ocupada pelas diretrizes da política externa, diretrizes estas que reafirmam a centralidade da defesa da soberania e dos interesses nacionais:

> Nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas urnas. No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional.

A atuação do Brasil no comércio internacional será de combate ao protecionismo, tendo sempre como fim último o desenvolvimento interno:

> Não perderemos de vista que o ser humano é o destinatário último do resultado das negociações. De pouco valerá participarmos de um esforço tão amplo e em tantas frentes se daí não decorrerem benefícios diretos para o nosso povo.

A relação com os países desenvolvidos é caracterizada por uma busca de entendimento e por "interesse recíproco e respeito mútuo", na luta por regras de comércio internacional "mais justas e adequadas à nossa condição de país em desenvolvimento". Já a relação com os países da América do Sul é colocada como prioritária, não se limitando às negociações comerciais (que, diferente da relação com os países desenvolvidos, tem um sentido de ajuda mútua):

> Apoiaremos os arranjos institucionais necessários para que possa florescer uma verdadeira identidade do Mercosul e da América do Sul.

Também é enunciada uma intenção de aprofundamento das relações com as "grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul", bem como uma disposição de contribuir para que o continente africano "desenvolva suas enormes potencialidades".

A valorização das organizações multilaterais, "em especial as Nações Unidas", no sentido de "estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea", abre espaço para uma afirmação do papel ativo que o país deverá exercer no cenário internacional:

> Temos que colocar nosso projeto nacional democraticamente em diálogo aberto com as demais nações do planeta, porque nós somos [...] a novidade de uma civilização que se desenhou sem temor, porque se desenhou no corpo, na alma e no coração do povo. [...]
> Ainda não cumprimos a grande missão planetária que nos espera.

A "grande missão planetária que nos espera", ou o desenvolvimento de todas as potencialidades da nação, estaria sendo sufocada pela "deterioração dos laços sociais no Brasil nas últimas décadas" decorrentes de políticas econômicas equivocadas. O combate à violência constituiria, neste sentido, "um extraordinário impulso ao projeto nacional de construir, neste rincão da América, o bastião mundial da tolerância, do pluralismo democrático e do convívio respeitoso com a diferença".

Lula anuncia a conclusão de seu discurso em tom otimista, relembrando sua própria história pessoal, de "pau-de-arara" a Presidente da República, como evidência das potencialidades do povo brasileiro:

> Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores [...] e agora assume o posto de Supremo Mandatário da Nação, vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais.

Lula finaliza reafirmando que, a partir daquele dia, essas potencialidades podem começar a ser concretizadas através do trabalho conjunto e da união da nação:

> Estamos começando hoje um novo capítulo da História do Brasil [...] como nação altiva, nobre, afirmando-se corajosamente no mundo como nação de todos, sem distinção de classe, etnia, sexo e crença. [...]
> Este é o País do novo milênio [...], sobretudo pelos dons e poderes do seu povo. O que nós estamos vivendo hoje neste momento, meus irmãos e minhas irmãs de todo o Brasil, pode ser resumido em poucas palavras: hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo. Agradeço a Deus por chegar até onde cheguei. Sou agora o servidor público número um do meu país.

Por fim, arremata seu pronunciamento com uma oração:

> Peço a Deus sabedoria para governar, discernimento para julgar, serenidade para administrar, coragem para decidir e um coração do tamanho do Brasil para me sentir unido a cada cidadão e cidadã deste País no dia-a-dia dos próximos quatro anos.
> Viva o povo brasileiro!

Dois símbolos dominantes, portanto, destacam-se ao longo do discurso:[15] a *mudança* e a *unidade nacional*. O primeiro deles marca uma *ruptura com o passado* político recente do país; o outro exorta à união nacional em torno dos interesses da nação e *projeta para o futuro* a concretização das potencialidades presentes. Aqui se trata, de um lado, de reconstruir um passado tendo em vista caracterizar uma situação presente, nova e, de outro, abrir a projeção para um futuro a ser concretizado conjuntamente por emissor e receptor. Um primeiro ponto, evidente, é que não é possível apreender o discurso em seu nível puramente referencial: a indexicalidade[16] é constitutiva destes signos, e só uma análise pragmática é capaz de apreendê-los. Mas quais os mecanismos lingüístico-simbólicos atuantes?

Através da observação do modo como os dois símbolos dominantes são utilizados pelo emissor, é possível apreender o processo por meio do qual, à medida que o nível horizontal do discurso se desdobra,[17] relações metonímico-indéxicas[18] entre emissor e receptor vão se estabelecendo através deles no sentido de produzir "experiências totalizantes" (Tambiah 1985a).

A mudança é colocada, por um lado, como um efeito das ações dos receptores (que elegeram o novo presidente) e, por outro, como sua tarefa, a ser exercida daí em diante. No mesmo sentido, a unidade nacional se faz presente como aquela que produziu a situação atual (posse do novo presidente) e como pré-requisito para o sucesso das ações futuras. Além disso, os contínuos apelos à união nacional têm o efeito de diluir a diversidade e as individualidades dos receptores (o "povo brasileiro") e contrapô-los, como um todo (a "nação"), a outras unidades do mesmo tipo – as demais nações mundiais. É evidente que este mecanismo totalizante já está previsto no conteúdo semântico do significante "nação".[19] Todavia, sua presença neste

---

15. A redundância (no sentido de Leach [2000] e Tambiah [1985a]) é um recurso claro utilizado pelo emissor: os símbolos dominantes aparecem e são reafirmados continuamente ao longo de todo o discurso, sejam em si mesmos, sejam através dos símbolos secundários.
16. No sentido de Peirce (1955a).
17. "[...] as conexões sintagmáticas lineares entre ações e locuções à medida que elas se desdobram do início ao fim" (Tambiah 1985a: 144).
18. Jakobson (1971b)
19. Cf., por exemplo, Dumont (1966) e Mauss (1953).

contexto empírico tem dimensões pragmáticas particulares, tanto em relação a seus mecanismos de construção de significado, quanto à sua finalidade, ou seja, aos efeitos particulares que se deseja produzir.

Nota-se, neste sentido, como uma situação anterior (pré-eleitoral) de desejo difuso de mudança é simbolicamente convertida, a partir da ruptura eleitoral, em um sentimento de união nacional para concretizar esta mudança. Ao mesmo tempo, a multiplicidade (o "povo" em sua diversidade) é transformada em unidade (chefe da nação) através da ação dos símbolos da mudança e da unidade nacional, da "canalização das energias sociais". O efeito final é fazer com que representantes e representados convirjam em seus desejos passados, interesses presentes e ações futuras.

Os símbolos secundários – o combate à fome, o pacto social, a unidade interna apesar da diversidade, a soberania nacional, as potencialidades do país – reforçam, em momentos diferentes do discurso, as mesmas associações simbólicas centrais. Todos incluem, em maior ou menor grau, os eixos significativos da mudança e da unidade nacional.

Estas associações também serão encontradas no pronunciamento feito no parlatório, mas este segundo discurso conta com especificidades vinculadas ao seu momento particular: a improvisação e a fala direta ao "povo". Vamos a elas.

Embora aparentemente reproduzisse uma temática em grande medida semelhante à do primeiro, o discurso no parlatório teve outro contexto: foi improvisado, seguiu-se à passagem da faixa presidencial – um gesto meramente formal, do ponto de vista da eficácia racional-legal (Lula já estava empossado), mas certamente portador de grande eficácia simbólica – e, principalmente, foi proferido diante de uma audiência especial: a população reunida na Praça dos Três Poderes. O restante dos participantes assistiu pelos telões e, por todo o Brasil, a população pôde acompanhá-lo através das transmissões ao vivo de rádio e tevê.

As saudações iniciais diferem das anteriores pelo apelo, em grande medida, pessoal: em primeiro lugar, ao povo – "meus companheiros e minhas companheiras"; aos "chefes de Estado" lá presentes; e àqueles que com ele dividiam o parlatório – José Alencar, sua esposa e, em especial, "minha querida esposa Marisa".

Lula começou reafirmando que irá cumprir todas as promessas de campanha, sintetizadas em um único compromisso: "recuperar a dignidade do povo brasileiro". Em seguida, resgatou a dimensão coletiva da sua vitória:

> A nossa vitória não foi o resultado apenas de uma campanha que começou em junho deste ano e terminou no dia 27 de outubro [...] Eu apenas tive a graça de Deus de, no momento histórico, ser o porta-voz dos anseios de milhões e milhões de brasileiros e brasileiras.
> Eu não sou o resultado de uma eleição. Eu sou o resultado de uma história. Eu estou concretizando o sonho de gerações e gerações que, antes de mim, tentaram e não conseguiram.

O novo presidente reafirmou então, com maior ênfase, seus compromissos de campanha e sua disposição pessoal de cumpri-los, colocando-os como:

> Um compromisso moral e ético que eu quero assumir aqui nesta tribuna, na frente do povo, que é o único responsável pela minha vitória e pelo fato de eu estar aqui hoje tomando posse.
> [...] meu governo, o presidente, o vice e os ministros trabalharão se necessário 24 horas por dia para que a gente cumpra aquilo que prometeu a vocês que iríamos cumprir.

Agradeceu à sua esposa por tê-lo acompanhado em tantos momentos difíceis, e fez um elogio informal: "Marisa, muito bonita, toda elegante, ao lado do marido dela com esta faixa, que nós sonhamos tanto tempo".

Então, dirigiu-se novamente ao povo, citando um a um cada estado brasileiro – mecanismo discursivo que visa, como efeito, à composição progressiva de um todo, que é a nação brasileira – reafirmando, em seguida, seu compromisso pessoal de fazer o que fosse possível:

> Podem ter a certeza mais absoluta [de que], quando eu não puder fazer uma coisa, eu não terei nenhuma dúvida de ser honesto com o povo e dizer que não sei fazer, que não posso fazer e que não tem condições; mas eu quero que vocês carreguem também a certeza [de] que, em nenhum momento da minha vida, faltarei com a verdade [a] vocês que confiaram na minha pessoa para dirigir este país por quatro anos.

Ao retomar o apelo pela união para o combate à fome, em momento de grande efervescência, dirigiu-se à sua audiência nos seguintes termos:

> Tratarei vocês com o mesmo respeito que eu trato os meus filhos e os meus netos, que são as pessoas que a gente mais gosta, e eu quero propor isso a vocês: amanhã, estaremos começando a primeira campanha contra a fome neste país. [...]
> Eu tenho fé em Deus que a gente vai garantir que todo brasileiro e brasileira possa todo santo dia tomar café, almoçar e jantar, porque isso não está escrito no meu programa, isso está escrito na Constituição brasileira, está escrito na Bíblia, está escrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Isso, nós vamos fazer juntos.

Finalizou, seguindo a mesma linha,

> Dizendo a vocês que, com muita humildade, eu não vacilarei em pedir a cada um de vocês [que] me ajudem a governar, porque a responsabilidade não é apenas minha, é nossa, do povo brasileiro que me colocou aqui.
> Muito obrigado, meus companheiros, e até amanhã.

Como se pode observar, este discurso recupera algumas temáticas do primeiro, mas privilegia o caráter coletivo da vitória e a reafirmação dos compromissos, reenfatizando a necessidade da união de todos para que estes possam ser cumpridos. Há aqui algumas peculiaridades a serem ressaltadas.

Um primeiro ponto a ser notado é a ênfase no receptor e no emissor, e a busca pelo estabelecimento de uma relação pessoal e direta entre eles. O receptor é o objeto de todas as intenções colocadas, é posicionado como protagonista de ações passadas, responsável pela situação presente, e continuamente exortado a tomar parte nas ações futuras. O emissor, por sua vez, situa-se todo o tempo reafirmando seus compromissos e seu pedido de ajuda para cumpri-los, bem como qualificando-se como produto de uma história coletiva.

Outra especificidade importante deste segundo pronunciamento é o fato de o emissor falar predominantemente na primeira pessoa do singular: o uso do "eu" é quase ubíquo. O discurso no Congresso, por sua vez, foi marcado do início ao fim pelo uso do "nós", a não ser nas orações finais ("Agradeço a Deus..."). Há certamente o fato de o primeiro discurso ter

sido, com efeito, produzido coletivamente; foi preparado com antecedência e lido. Além disso, Lula falou ali em nome de um "governo" que viria a se constituir. O uso do "eu", neste segundo caso, parece visar à produção de outros efeitos. Senão, vejamos.

A utilização de termos afetivos de tratamento ("meu querido companheiro José Alencar", "minha querida esposa Marisa"), de interjeições informais (referência à "elegância" de sua esposa) e da carga pessoal e moral colocada em seus compromissos e em sua relação com o receptor da mensagem ("Tratarei vocês com o mesmo respeito que eu trato os meus filhos e meus netos"; "[é um] compromisso moral e ético que eu quero assumir aqui nesta tribuna") são mecanismos metonímicos de produção de uma "intimidade"[20] entre emissor e receptor. Este último, afinal, *estava lá* presente; não se falava para outros representantes do povo ou para câmeras de tevê, como no discurso no Congresso. Este é o momento em que representantes e representados se encontram cara a cara, e quando a contigüidade entre eles deve ser (re)afirmada.

Além disso, observa-se neste discurso um mecanismo de associação analógica do tipo identificado por Tambiah (1985b), em sua discussão sobre a magia zande (analogia convencional-persuasiva), que visa à expansão do significado dos termos originais e à transferência, através de uma combinação entre analogias positivas e negativas, de valores adicionais aos termos subseqüentes:

representante		trabalhador		pai/avô/marido
―――――――	:	―――――――	:	―――――――
representados		companheiros		filhos/netos/esposa

A primeira associação secundária (trabalhador/companheiros) tem o efeito de horizontalizar a relação entre representante e representados: Lula, ex-metalúrgico e ex-sindicalista, é conhecedor da realidade dos trabalhadores, pois já foi um deles. Sua origem pessoal e sua trajetória política fariam dele, assim, a pessoa mais habilitada a assumir o cargo de presidente. Em suas palavras:

20. No sentido da "cultural intimacy" de Herzfeld (1997).

> Eu estou convencido de que hoje não tem no Brasil nenhum brasileiro ou brasileira mais conhecedor da realidade e das dificuldades que vamos enfrentar.

A associação seguinte coloca o representante em uma relação de intimidade familiar, mas ao mesmo tempo de responsabilidade e autoridade para com os representados. A impessoalidade da relação cidadão/Estado não aparece aqui (afinal, o combate à fome, por exemplo, é colocado como mais que uma exigência constitucional, tendo implicações humanitárias e religiosas mais amplas). O vínculo que se busca estabelecer é *pessoal* e, como já foi notado em algumas passagens, são dessa ordem os compromissos assumidos por Lula no parlatório. Mas esta é também uma relação vertical de cuidado e dependência, como aquela que se dá entre o pai e seus filhos, os netos e a esposa:

> [Iremos] recuperar a auto-estima [do povo brasileiro] e gastar cada centavo que tivermos que gastar na perspectiva de melhorar as condições de vida de mulheres, homens e crianças que necessitam do Estado brasileiro.

Assim, este segundo discurso, além de reafirmar as associações simbólicas presentes no primeiro, pretende estabelecer, metonimicamente, uma contigüidade mais inequívoca entre emissor e receptor através de mecanismos de produção de intimidade e laços de dependência recíproca.

Como se pode notar, ambos os pronunciamentos visam à produção de efeitos sobre o receptor da mensagem; não se pautam, portanto, por uma lógica referencial – ou, nos termos de Austin (1975), são atos ilocucionários. O principal destes efeitos (perlocucionários) parece ser o estabelecimento de uma contigüidade e a construção de um *sujeito comum* a partir de emissor e receptor. Além disso, e novamente tomando Austin, os discursos são sujeitos a julgamentos normativos de felicidade e infelicidade, e não a testes racionais de verdade e falsidade. Desta forma, ao "falar politicamente" – no sentido da transmissão da mensagem entre representante e representados – "dizer algo" é *sempre* "fazer algo".

As particularidades dos discursos de posse apontadas aqui emanam da problemática mais ampla da representação política, e é buscando explorá-la que concluirei este ensaio.

Além (e aquém) do discurso

Analisar os discursos de Lula enquanto "fala ritual" implica partir do pressuposto de que cosmologia e prática, dito e feito, pensar e agir são processos que não podem ser separados, senão analiticamente (Peirano, 2001). A atenção dada aqui à sua dimensão pragmática, por sua vez, enfatiza uma das vias deste "todo": a da conversão da multiplicidade do real em coletivos mais ou menos permanentes, no plano da cosmologia – algo como o "molar" deleuziano. Como, então, esta conversão se dá no caso da representação política?

Acreditamos que a idéia, já indicada, de conceber a política como regime de enunciação seja útil para pensar este processo de construção do social. Latour (2002)[21] define regime de enunciação como "modos de desdobramento das mediações", através dos quais são constituídos os agregados sociais. Nesta perspectiva, a política, ou melhor, o "falar politicamente", seria "um regime de fala, um tipo particular de *continente*", não se definindo necessariamente por um tipo específico de *conteúdo*. Quando avaliado segundo os critérios de felicidade da informação que Latour chama de "double-click",[22] o falar politicamente apareceria como "curvo, pesado e lento", enganador, tautológico, redundante.[23] Todavia, se tomado em sua positividade, percebe-se que este regime de enunciação é eficaz em seus próprios termos, uma vez que visa a outro objetivo, qual seja, "fazer existir aquilo que, sem ele, não existiria: o público como totalidade provisoriamente definida".

---

21. As citações não trazem o número da página, pois a versão utilizada é digital. Tradução livre a partir do francês.

22. A metáfora do clique do mouse dos computadores pretende denotar a exigência de uma "transferência de informação exata e sem deformação sobre o mundo social ou natural", envolvendo as "noções de transparência, exatidão, retidão e representação *fiel*" (grifo do autor).

23. Nos termos de Jakobson (1971a), pode-se dizer que ele privilegiaria funções de linguagem diferentes da referencial pura e simples, notadamente a conativa, a emotiva, a poética e a fática, que podem ser notadas em ambos os discursos de Lula.
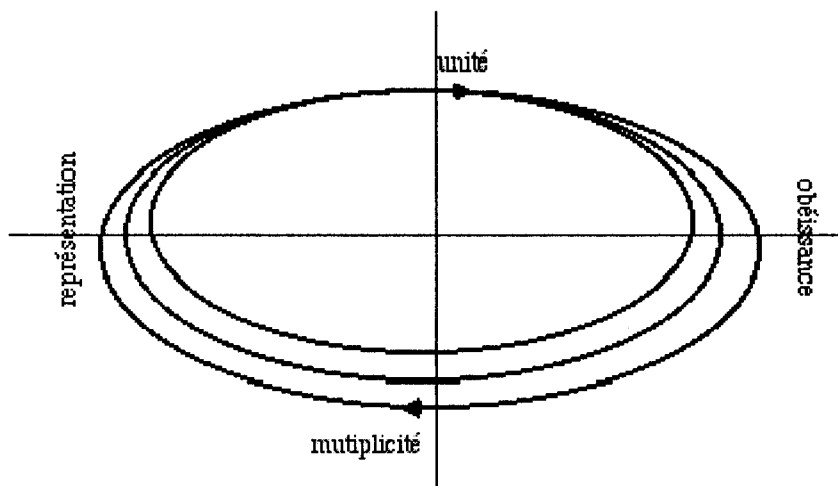
Diagrama 1. "Círculo político" (*apud* Latour, 2002)

Neste sentido, o "círculo político" (diagrama 1, acima), que expressa a relação entre representante (unidade) e representados (multiplicidade), se basearia em uma heteronomia intrínseca, não podendo se fechar senão provisoriamente por meio de um processo *ininterrupto* de conversão da multiplicidade em unidade (representação política) e da unidade em multiplicidade (exercício do poder; no diagrama, "obéissance").

Ou seja, a transmissão da informação de um pólo a outro do círculo não é direta, sem "ruídos", mas deve envolver uma "dupla traição", um "terrível trabalho de composição [e] metamorfose". A impossibilidade teórica da conversão da multiplicidade em unidade e vice-versa (a ilusão da "autonomia") é resolvida *na prática* "pela retomada obstinada, incessante, perturbadora, exaustiva do trabalho da representação".

Partindo desta perspectiva, é possível dizer que os discursos proferidos pelo novo presidente em seu ritual de posse realizam precisamente este trabalho de percorrer e repercorrer indefinidamente o círculo da representação

política através do uso redundante dos símbolos aqui indicados, visando, *em um plano mais geral, reafirmar a contigüidade entre representante e representados em torno da idéia da unidade da nação e, em particular, consolidar um vínculo novo entre aquele representante específico (Lula) e o povo que o escutava através da simbologia da mudança.*

A nação, enquanto "comunidade imaginada",[24] não existe de fato. Deve ser, ao contrário, continuamente refeita, reafirmada, reproduzida através de palavras, atos e símbolos. Os eventos rituais seriam instâncias privilegiadas nesse processo: nos termos de Tambiah (1985a: 129), "a ação ritual [é] um modo de transmitir significados, construir a realidade social e, assim, criar e dar vida ao próprio esquema cosmológico". Neste caso, trata-se, por um lado, de (re)constituir a nação enquanto totalidade e, por outro, de (re)afirmar a unidade entre representante e representados.

Nos termos de Peirce (1955a), pode-se dizer que, quando a nação está em jogo enquanto índice, não há um "terceiro" definido, ou um "garantidor do significado" inequívoco ao qual recorrer. Daí a necessidade permanente de fundar e refundar – entre outros, ritualmente – os vínculos que unem representante a representados, de dobrar e desdobrar as mediações que produzem o coletivo que conhecemos como "nação". Daí, enfim, todo o peso, curvatura, lentidão, redundância, traição envolvidos no "falar politicamente". E, ainda em termos peirceanos (Peirce 1955b), como a crença não é senão uma paralisação temporária do movimento da dúvida, para que ela exista (de forma sempre mutante), o movimento como um todo não pode cessar.

Foi neste sentido que os discursos de Lula no dia de sua primeira posse foram aqui avaliados; já com o segundo mandato em andamento, restaria avaliar que direção seguem agora os seus movimentos de retomada do "círculo político" – certamente, não a mesma. Mas esta já é outra história.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. 1983. *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism.* Londres: Verso.

AUSTIN, John. 1975. *How to Do Things With Words.* Harvard: University Press.

CARVALHO, José Murilo. 1990. *A Formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil.* São Paulo: Cia. das Letras.

DUMONT, Louis. 2001. *Homo Hierarchicus. Le Système des Castes et ses Implications.* Paris: Gallimard.

DURKHEIM, Émile. 2003. *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse.* Paris: PUF.

HERZFELD, Michael. 1997. *Cultural Intimacy. Social Poetics in the Nation-State.* Nova York/Londres: Routledge.

JAKOBSON, Roman. 1971a. "Closing statement: linguistics and poetics". In: Stephen Rudy (ed.). *Selected Writings.* vol. 2. The Hague: Mouton.

________. 1971b. "Quest for the essence of language". In: Stephen Rudy (ed.). *Selected Writings.* vol. 2. The Hague: Mouton.

LATOUR, Bruno. 2002. "Si l'on parlait un peu politique?". *Politix,* (15) 58.

LEACH, Edmund. 2000. "Ritualisation in man". In: Stephen Hugh-Jones & James Laidlaw (eds.). *The Essential Edmund Leach.* Nova York: Yale University Press.

MALINOWSKI, Bronislaw. 1972. "The problem of meaning in primitive languages". In: C. Ogden & A. Richards (orgs.). *The Meaning of Meaning.* Londres: Routledge.

MAUSS, Marcel. 2001. "Esquisse d'une théorie générale de la magie". In: Autor? *Sociologie et Anthropologie.* Paris: Quadridge.

________. 1953. "La nation". *L'Année Sociologique,* 3.

PEIRANO, Mariza. 2001. "Prefácio". In: M. Peirano (org.). *O Dito e o Feito.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

PEIRCE, Charles. 1955a. "Logic as semiotic: the theory of signs". In: Justus Buchler (ed.). *Philosophical Writings of Peirce.* Nova York: Dover.

________. 1955b. "How to make our ideas clear". In: Autor? *Philosophical Writings of Peirce.* Nova Iorque: Dover.

SAUSSURE, Ferdinand. 1971. *Curso de Lingüística Geral.* São Paulo: Cultrix.

TAMBIAH, Stanley. 1985a. "A performative approach to ritual". In: Autor? *Ritual, Thought and Social Action.* Harvard: University Press.

________. 1985b. "Form and meaning of magical acts". In: Autor? *Ritual, Thought and Social Action.* Harvard: University Press.

TURNER, Victor. 1967. *Forest of Symbols.* Ithaca: Cornell University Press.

Resumo

Neste artigo, analiso os dois discursos pronunciados por Lula no dia de sua posse: um deles lido em Plenário, o outro, improvisado no parlatório do Palácio do Planalto – enquanto "fala ritual". Através do desdobramento dos componentes lingüísticos e simbólicos de ambos os discursos, o objetivo é identificar as estratégias pragmáticas utilizadas pelo novo presidente no sentido de refundar o vínculo representativo em novas bases. A partir daí, sugiro, com inspiração no arcabouço latourniano, como a problemática mais geral da representação política é uma daquelas de impossível conversão da multiplicidade do real na unidade que são os coletivos, como a "nação", e vice-versa.

Abstract

This article analyses two speeches by President Lula on his inauguration. One was formally delivered at the National Congress. The other, ad-libbed at the podium outside the Planalto Palace, the site of presidential decisions. Both are analyzed as "ritual speeches." My purpose is to identify the new President's pragmatic strategies for reestablishing the representative bond on a new basis. I proceed by unfolding the linguistic and symbolic components of both speeches, and go on to suggest, inspired by Bruno Latour's framework, that the most pervasive issue of political representation resides in the impossibility of mutually converting the multiplicity of what is real into the unity of what is collective, such as "the nation."